

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER*

FÁTIMA NANCY ANDRIGHI

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

Constitui para mim honra e júbilo o fato de poder participar de Evento de tão grande relevo, promovido pelo INSTITUTO TANCREDO NEVES e PFL MULHER NACIONAL.

A matéria a ser abordada – A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER –, é aquela que desnuda a alma, porquanto trata diretamente do desmantelamento da entidade familiar, provocando a apreensão de toda a sociedade brasileira.

A violência de gênero constitui uma ameaça que grassa ao longo da vida de centenas de milhares de meninas e mulheres. Em muitos países, o aborto e o infanticídio seletivos de meninas têm provocado redução incomum do número de mulheres na sociedade. Homicídios em nome da honra, dote obrigatório, abuso doméstico, mutilação genital, estupro e tráfico de mulheres são outras formas típicas de violência contra a mulher.

O problema tem tamanha gravidade que tangencia a saúde pública, além de caracterizar-se como uma violação explícita de direitos humanos. O Banco Mundial estima que a violência de gênero no mundo acarrete mais danos e mortes às mulheres entre 15 e 44 anos do que câncer, malária, acidentes de trânsito ou até mesmo a guerra. Pelo menos uma em cada três mulheres sofre violência física, sexual ou alguma outra forma de abuso, invariavelmente nas mãos de uma pessoa íntima ou membro da família.

Várias culturas aceitam, toleram, aprovam ou mesmo justificam um certo grau de violência contra a mulher. Essas atitudes são

* Palestra proferida no Fórum Aberto de Discussão, Palmas-TO, 21 de novembro de 2003.

fruto de normas de conduta distorcidas acerca do papel e das responsabilidades de homens e mulheres na sociedade.

Estudos recentes demonstram que atitudes femininas simples e corriqueiras podem dar azo à violência doméstica. Não atender aos anseios do marido, retrucando, recusando sexo, não preparando a comida a tempo, falhando no cuidado das crianças ou da casa, questionando-o a respeito de dinheiro ou mulheres ou, até mesmo, o simples fato de sair de casa sem a sua permissão, pode servir de desculpa para agressão.

A violência sexual e doméstica digladiava-se também com os esforços de promover o planejamento familiar e a saúde sexual e reprodutiva no mundo.

Mulheres violentadas tendem a não fazer uso de serviços de planejamento familiar, ainda que os métodos estejam disponíveis. Por medo da reação de seus maridos, muitas vezes, elas evitam até comentar a respeito. As principais consequências desse tipo de atitude são a gravidez indesejada, abortos inseguros, complicações por gestações freqüentes e de alto risco, DSTs, problemas ginecológicos persistentes e danos psicológicos graves.

A Convenção de Belém do Pará (1994), define:

a violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades.

(...) violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Em 1994, o Brasil assinou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Esta Convenção

entende que a violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica:

a) que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;

b) que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar e;

c) que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

A Convenção recomenda que todos os esforços devem ser perpetrados para prevenir essas formas de violência e atender às suas vítimas com respeito e eficiência.

É inegável que a recente guerra no Afeganistão trouxe à tona o horror do regime talibã contra as mulheres, obrigadas a trajarem burkas, que as cobrem da cabeça aos pés, privadas do direito ao trabalho, à educação e ao lazer. A situação das mulheres afegãs é realmente dramática, mas existe um outro véu que encobre a violência contra a mulher em todo o mundo, um fenômeno sem fronteiras de classe, raça, religião, idade ou escolaridade.

Quem de nós poderia dizer que jamais se deparou com uma situação de violência, durante toda a vida pelo fato de ser mulher? Quem nunca ouviu comentários ofensivos na rua, num ônibus ou espaço público? Ou nunca foi assediada no trabalho por alguém que se deu a liberdade de avançar sexualmente sem ter sido convidado? A violência pode ocorrer de

maneira sub-reptícia, dissimulada, mas mesmo em suas formas leves ela se baseia na dominação de um gênero sobre outro.

Tangenciando-se a precariedade das estatísticas, já que as ocorrências são subnotificadas, os números existentes sobre a violência contra a mulher assustam. Segundo dados do UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, no mundo, a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável se sofre violência doméstica. Nos Estados Unidos, uma mulher é fisicamente violentada por seu parceiro íntimo a cada nove segundos. Na América Latina, a violência doméstica atinge entre 25% e 50% das mulheres. No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto.

A dimensão da violência contra a mulher deixou de ser apenas um caso de polícia para se transformar também numa questão econômica, de custos sociais inoxidáveis. Estudos do Banco Mundial revelam que a violência doméstica reduz investimentos e desenvolvimento de regiões. A falta de segurança e proteção atinge a produtividade e a participação da mulher no mercado de trabalho. Um em cada cinco dias de falta ao trabalho decorre de violência sofrida por mulheres em suas casas. O estupro e a violência doméstica são causas de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva.

Conquanto universal, o fenômeno impinge notadamente os países mais pobres. Na América Latina, a violência contra a mulher compromete 14,6% do Produto Interno Bruto (PIB), algo em torno de US\$ 170 bilhões. No Brasil, onde 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa e o agressor é o marido ou companheiro, a violência contra a mulher compromete 10,5% do PIB.

Contribuem em definitivo para esse cenário as relações de poder desiguais estabelecidas entre homens e mulheres. Em sociedades

de cunho predominantemente machistas, como a brasileira, tais relações perpetuam e chegam a legitimar a violência de gênero.

A discriminação e a violência contra a mulher estão presentes na própria ordem jurídica nacional.

Nosso Código Civil, até recentemente, discriminava a mulher e abrigava aberrações, como legitimar a anulação do casamento pelo homem se este desconhecia o fato de a mulher já ter perdido a virgindade.

O Código Penal prevê a extinção da punibilidade pelo casamento do agente com a vítima, ignorando o dano sofrido à integridade física, psíquica e moral da vítima.

Há no sistema penal também a figura da legítima defesa da honra, invocada em incontáveis assassinatos de mulheres por seus maridos e parceiros. Sob a alegação de adultério da mulher, muitos homens foram e continuam sendo absolvidos por júris populares e tribunais da prática de agressões e assassinatos contra suas esposas, companheiras e namoradas.

É curial destacar que o Brasil sofreu uma condenação internacional da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da OEA, por negligência e omissão em relação à violência doméstica. O caso que justificou a condenação foi o de Maria da Penha, que, em 1983, sofreu uma tentativa de homicídio por seu então marido, que a deixou paraplégica. Apesar de condenado pelos tribunais, ele jamais foi preso e o processo continua em andamento devido a sucessivos recursos de apelação. Em seu informe de abril de 2001, a comissão da OEA considera que, passados 18 anos da prática do crime,

trata-se de uma questão de tolerância de todo o sistema que alimenta a violência contra as mulheres e que não há nenhuma evidência socialmente percebida da vontade do

Estado, como representante da sociedade, em punir esse crime.

Segundo dados do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na esmagadora maioria dos casos de violência de gênero - cerca de 78% em todo o País, segundo pesquisa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a violência é doméstica e parte de onde menos a mulher deveria esperar: dos companheiros ou namorados.

Nos últimos anos, tem-se constatado notável evolução no que se refere à legislação de proteção à mulher. A criminalização do tráfico de mulheres, do turismo sexual com menores e da mutilação genital feminina, o fim do conceito de “mulher honesta” para vítimas de abuso sexual e o fim do dote obrigatório figuram entre as conquistas obtidas ao redor do mundo.

A despeito das significativas transformações no comportamento de homens e mulheres, em quase duas décadas os crimes contra as mulheres não foram erradicados no Brasil. Apenas em 1999 as 254 Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - DEAMs registraram 159 homicídios e mais de quatro mil estupros em todo o País.

O mais grave de tudo isso, é que muitas mulheres ainda relutam em procurar a justiça, algumas com medo de represálias dos agressores, outras pela dependência financeira. É cediço que a estrutura social brasileira ainda é patriarcal. As mulheres encontram menos empregos que os homens e, invariavelmente, para receber menos exercendo a mesma função. Por isso, quando são vítimas de violência, algumas têm receio de denunciar e perder o marido-provedor, ou ter que voltar para a casa dos pais e enfrentar todos os preconceitos que isso implica.

É o caso da empregada doméstica M.J.F., 22 anos. Ela casou quando tinha apenas 16 anos e engravidou logo em seguida, para ter o

filho quando tinha 17 anos. Ficou casada até o ano passado e foi agredida durante todos os cinco anos em que viveu com o ex-marido.

Ele bebia sempre e batia muito em mim. Chegou uma hora que não agüentei mais e decidi sair de casa, mas não procurei a polícia. Não procurei ninguém, só falei para ele que ia embora. Não fui antes porque tinha medo de deixar ele e perder meu filho. Eu não tinha trabalho, como ia sustentar meu filho sozinha?

O que se vê, muitas vezes, são mulheres que já sofrem caladas há cinco ou dez anos e, frise-se, em todas as camadas sociais.

As 307 DEAMs hoje distribuídas pelo país, criadas pelos governos estaduais a partir de 1985, mais do que entidades que registram e apuram denúncias de crimes de natureza doméstica e sexual, oferecem, em sua grande maioria, também serviços extrapoliciais, que ganham sua legitimidade para além do argumento da segurança pública e encontram seu sentido no âmbito da assistência social, psicológica e moral às vítimas.

Verifica-se, contudo, que as DEAMs encontram-se em um grande dilema: não obstante a constatação de que é condição *sine qua non* para a eficácia do trabalho policial a disponibilização de atendimentos extrapoliciais à sua clientela, como sessões de terapia e assistência social, as DEAMs são instituições inseridas em uma corporação na qual a prestação de qualquer serviço não-policial é visto como ponto negativo, como demérito à eficácia e eficiência da delegacia.

Torna-se necessário, assim, um debate acerca do caráter a ser atribuído às DEAMs: o estritamente policial, ou o de um centro integrado de atendimento às mulheres vítimas de violência com condições efetivas de funcionamento. Parece ser essencial a promoção de campanhas e/ou cursos de sensibilização junto às corporações policiais de cada Estado para que estas reconheçam a importância dos trabalhos das DEAMs.

Como se pode ver, muitas ações ainda precisam ser implementadas para melhorar a situação da mulher no mundo.

Que a triste realidade das afegãs inspire uma reflexão universal sobre a questão para que se eliminem definitivamente as várias espécies de burkas que ainda oprimem mulheres em todos os cantos do planeta.

Agradecida pela nímia gentileza com que me ouviram, façolhes um invite para que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a pacificação social, sem jamais olvidar que tal propósito requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de se pensar a humanização e solidariedade entre os povos.